



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

24 de junho 2015



DIÁRIO CATARINENSE

Curso online é certificado pela Secretaria da Educação

PARTICIPANTE QUE CONCLUIR aulas a distância de mediação de leitura receberá diploma

O curso online Cinco Passos Para a Mediação de Leitura, oferecido pelo Prêmio RBS de Educação, agora é certificado. Com o reconhecimento da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, os participantes receberão uma declaração de 20 horas, atestando a conclusão do curso. Quem enviar o relato de mediação de leitura, efetivando a inscrição no prêmio, receberá um documento referente a 70 horas de participação, que contabilizam a conclusão do curso.

Ao final do ano, a secretaria encaminhará um certificado que poderá ser validado junto à rede de ensino, desde que ela aceite a

certificação. A informação deve ser confirmada nos municípios, Ministério da Educação, entidades de classes ou instituições de ensino. O curso é gratuito e aberto a qualquer parte do país. Com o objetivo de aperfeiçoar as práticas de educadores e demais interessados, o treinamento oferece um material didático completo com textos e vídeos que auxiliam a busca de conhecimento sobre a temática.

O Prêmio RBS de Educação é uma realização do Grupo RBS e da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, com apoio técnico do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

PRÊMIO RBS

A terceira edição do Prêmio RBS de Educação - Para Entender o Mundo - vai premiar iniciativas de educadores e estudantes das redes pública e privada que desenvolvam práticas de mediação de leitura:

- As inscrições seguem até o dia 17 de julho, no site do concurso.
- Como em 2014, a premiação deste ano terá as categorias Escola Pública e Escola Privada, voltadas para educadores, e Jovens Protagonistas, destinada especialmente a estudantes da educação básica (de 14 a 24 anos).
- A ação é aberta a projetos de todas as disciplinas, desde que sejam abordados em formato de texto.
- Para saber mais, acesse: www.premiorbsdeeducacao.com.br.



Veículo: A Notícia	Editoria: Notícias	Data: 24/06/2015
Assunto: Plano de educação		Página: 05

ANOTÍCIA

Atraso no plano de educação

LUIZA MARTIN

lulza.martin@an.com.br

Joinville é um dos municípios que estão na sétima de dez etapas do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação (PME), que deveria se tornar lei hoje. A cidade tem o projeto de lei elaborado, enquanto 84% dos municípios catarinenses já passaram dessa fase. A Câmara de Vereadores de Joinville ainda não recebeu o projeto, que aguarda aprovação da Procuradoria do Município. Após tramitar pela Câmara, a cidade deve cumprir as metas em dez anos.

Lei federal é a base

O PME articula toda uma década de investimentos em edu-

cação e nasceu alinhado com o Plano Estadual (PEE), em análise na Assembleia Legislativa desde a semana passada.

O município teve um ano para se alinhar às 20 metas do Plano Nacional da Educação (PNE), a contar do dia 25 de junho de 2014, data em que o projeto virou lei federal.

No "mínimo" tempo possível, de acordo com o secretário municipal de Educação, Roque Mattei, o PME chegará à Câmara. Isso deve ocorrer antes de 2016, prazo da primeira meta da década, que, de acordo com o plano, é "universalizar a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro e cinco anos."

AN.com.br

- Confira as 20 metas da educação no site.



Veículo: A Notícia	Editoria: Notícias	Data: 24/06/2015
Assunto: Formação		Página: 13

ANOTÍCIA

Curso online recebe certificação

O curso online *Cinco passos para a mediação de leitura*, oferecido pelo Prêmio RBS de Educação, agora é certificado. Com o reconhecimento da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, os participantes receberão uma declaração de 20 horas, atestando a conclusão do curso.

Quem enviar o relato de mediação de leitura, efetivando a inscrição no prêmio, receberá um documento referente a 70 horas de participação, que já contabilizam a conclusão do curso. Ao final do ano, as secretarias encaminharão um certificado que poderá ser validado junto à rede de ensino, desde que a mesma aceite a certificação. A informação deve ser confirmada nos municípios, Ministério da Educação, entidades de classes ou instituições de ensino.

O curso *Cinco passos para a mediação de leitura* é gratuito e aberto a qualquer parte do País. Com o objetivo de aperfeiçoar as práticas de educadores e demais interessados, o treinamento oferece um material didático completo com textos e vídeos que auxiliam a busca de conhecimento sobre a temática.

Terceira edição do prêmio

A terceira edição do Prêmio RBS de Educação vai premiar iniciativas de educadores e estudantes das redes pública e privada que desenvolvam práticas de mediação entre leitores e textos. As inscrições vão até o dia 17 de julho, no site do concurso. Assim como em 2014, a premiação deste ano terá as categorias Escola Pública e Escola Privada, voltadas para educadores, e Jovens Protagonistas, destinada especialmente a estudantes da educação básica (de 14 a 24 anos).

A ação é aberta a projetos de todas as disciplinas, desde que sejam abordados em formato de texto. O Prêmio RBS de Educação é uma realização do Grupo RBS e da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, com apoio técnico do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). Mais informações em www.premiorbsdeeducacao.com.br.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 24/06/2015
Assunto: PNE		Página: Online



SANTA CATARINA



51% dos municípios não cumprirão prazo para criar plano de educação

Em entrevista ao G1, ministro afirmou que planos estão sendo discutidos. Questão de gênero, que criou polêmica, está garantida na Constituição, diz.

Metade dos municípios brasileiros deve encerrar esta quarta-feira (24) sem cumprir o primeiro prazo do Plano Nacional de Educação (PNE). A lei que vai definir as políticas de educação no Brasil até 2024 completa um ano nesta quinta (25), junto com a primeira de suas metas, a de que, até essa data, todos os governos municipais e estaduais tivessem o seu próprio plano local de educação pesquisado, debatido, elaborado, aprovado no Poder Legislativo e sancionado pelo Executivo. Em entrevista ao G1, o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, afirmou que, na noite desta terça-feira (23), 2.725 municípios já tinham a lei ou sancionada, ou já aprovada na Câmara Municipal, e apenas aguardando a sanção do prefeito ou prefeita.

Isso representa 49% do total de municípios brasileiros. No caso dos estados, quatro já finalizaram todas as etapas, e sete já aprovaram suas leis na Assembleia Legislativa, e apenas aguardam a sanção do Executivo "A situação não é 100%, mas já está beirando 50%, e o MEC deu o máximo apoio que pode aos estados e municípios", afirmou o ministro.

Nos últimos três meses, o G1 tem acompanhado a rede do MEC que divulga informações sobre a situação de cada município e estado. Levantamento feito em 23 de março registrou que só 46 dos 5.570 municípios brasileiros haviam finalizado o plano. A época, o total era de 0,8%. Em 28 de maio, dois meses depois, a quantidade de municípios que já tinham cumprido essa incumbência crescera mais de três vezes, para 150, mas ainda representava só 2,6% do total.

Na noite de terça, 1.918 municípios já tinham o projeto de lei assinado. Isso quer dizer que, nos últimos 26 dias, o número de redes municipais que já tinham cumprido o prazo cresceu mais de dez vezes. Outros 807 planos aguardavam apenas a sanção para se juntar a esse grupo.

Segundo o Plano Nacional de Educação aprovado pelo Congresso em 2014, o prazo para que todos os municípios cheguem ao fim dessa tarefa termina em 24 de junho.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"Fiquei muito preocupado quando assumi [o Ministério]", afirmou o ministro, à frente do MEC há três meses, sobre a meta do PNE para os planos municipais e estaduais. Porém, segundo ele, os municípios têm

Estados

Nos últimos dois meses, avançou também o número de estados que já elaboraram seu plano estadual de educação. Até 28 de maio, todos os estados já tinham criado a sua comissão, e feito o diagnóstico inicial da rede.

Segundo o ministro, os estados que já finalizaram o plano são Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Os estados que conseguiram aprovar a lei até a noite desta terça, e aguardam a sanção do governador, são Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Pará, Paraíba, Paraná e Pernambuco.

Polêmica sobre gênero

A questão sobre a inclusão ou não do trecho que trata da ideologia de gênero nas políticas educacionais apareceu em diversos debates nas câmaras municipais pelo Brasil. Em São Paulo, o projeto de lei ainda não foi aprovado e o debate sobre o tema foi tumultuado na semana passada. Na última sexta (19), a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo aprovou por unanimidade o texto do Plano Municipal de Educação sem a inclusão dos parágrafos sobre a discussão de gênero nas escolas paulistanas.

Janine diz que essa polêmica acabou desviando o foco dos debates dos planos, que vão muito além de assuntos teóricos e precisam definir temas do cotidiano das escolas, como o número máximo de alunos por sala de aula e a obrigação ou não que os professores sejam acompanhados de assistentes ou monitores durante as aulas.

"Muitos pontos essenciais ficaram em segundo plano", afirmou ele. "Essa querela sobre o que alguns chamam de ideologia de gênero é um tanto equivocada. Não existe ideologia de gênero, existem jovens que estão descobrindo a sexualidade e que precisam ser acolhidos. Há muitas formas de as pessoas se relacionarem com o próprio corpo, e ninguém pode fazer propaganda para que a pessoa tenha uma linha."

Para Janine, o fato de os planos acabarem ou não tendo a questão de gênero citada explicitamente não pode influenciar a adoção de políticas discriminatórias. "Nossa Constituição proíbe a discriminação. Entendemos que está proibida a discriminação não só por gêneros, etnia, e outros fatores, mas por orientação sexual das pessoas. Se está proibida, não faria sentido nenhum a rede educacional introduzir essa discriminação que vai contra a Constituição."

Punições



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O possível descumprimento da meta por parte dos gestores não está diretamente relacionado a multas ou outras punições. Embora o PNE tenha sido aprovado há nove meses e suas regras e metas já estejam valendo, ainda não há uma regulamentação que especifique responsabilidades para os gestores que descumprirem os prazos e metas. Porém, segundo o MEC, os gestores estão submetidos a possíveis ações civis públicas, caso não sigam a legislação vigente.

Segundo a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o principal entrave dos gestores municipais na hora de elaborar o plano é o fato de que os municípios não podem fazer o projeto de forma totalmente autônoma dos planos estaduais.

Já os governos estaduais, por sua vez, também não podem definir suas estratégias e metas sem considerar as realidades dos municípios. Por isso, nos estados onde há menos municípios, o processo está mais adiantado.

Entenda as etapas do plano

Cada rede precisa cumprir diversas etapas antes da conclusão do plano. Primeiro, o governo local nomeia a comissão que coordenará o trabalho. A primeira função dos membros é elaborar um diagnóstico e, a partir dele, um documento-base que servirá para a elaboração da lei. Esse documento deve então ser submetido a uma consulta pública.

Após ouvir a opinião da população, a comissão precisa então elaborar o projeto de lei do plano. Depois, ele é enviado ao Legislativo (câmara municipal ou assembleia legislativa), que deve então estudar e votar.

Quando o projeto for aprovado, o último passo é a sanção do Poder Executivo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 24/06/2015
Assunto: PNE		Página: Online



ESTÁ VENCENDO O PRAZO PARA QUE MUNICÍPIOS APROVEM SEUS PLANOS

Planos municipais de Educação refletem as realidades das cidades, mas as metas e as estratégias devem se relacionar com os documentos estaduais e o nacional

Fonte: Portal MEC

O Rio Grande do Sul é o estado com maior número de municípios que já sancionaram seus planos de educação. Até esta segunda-feira, 22, já haviam sido sancionados 194 planos. De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei 13.005/2014), os municípios devem ter seus planos de educação aprovados e sancionados até a próxima quarta-feira, 24 de junho.

Em números percentuais, entretanto, o Amapá é o estado que mais avançou. Dos 16 municípios, dez já sancionaram seus planos de educação, mais de 62% do total. Outros três já aprovaram os planos nas câmaras de vereadores, um tem o projeto de lei já enviado ao legislativo e dois já têm os planos elaborados. Do outro lado, o Acre é o único estado em que nenhum município sancionou o plano.

Estados – Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Maranhão já têm seus planos estaduais de educação. Os legislativos de Pernambuco, Paraíba, Espírito Santo e do Distrito Federal já aprovaram os planos, mas falta a sanção dos governadores.

De acordo com o secretário de articulação com os sistemas de ensino do Ministério da Educação, Binho Marques, os planos municipais de educação refletem as realidades dos municípios, mas as metas e estratégias devem se relacionar com o PNE e com os planos estaduais. “Quanto mais articuladas e pactuadas forem as metas, mais claros serão os compromissos com os mecanismos de colaboração, e mais perto estaremos da instituição do Sistema Nacional de Educação”, disse.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 24/06/2015
Assunto: PNE		Página: Online



CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO COBRA MAIS RIGOR NO CUMPRIMENTO DO PNE

Segundo entidade, um ano após a vigência da lei, nenhum dispositivo do plano foi alcançado

Fonte: O Globo (RJ)

A rede da Campanha Nacional pelo Direito à Educação lançou um posicionamento público sobre o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE). No texto, a entidade enfatiza que, após um ano de vigência da lei, nenhum dispositivo foi satisfatoriamente cumprido.

Muitos, inclusive, encerram seu prazo no ano que vem, como é o caso do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e mesmo do Sistema Nacional de Educação (SNE).

"A situação é inquietante. Preocupados com a baixa capacidade governamental de executar o PNE, representantes do Ministério da Educação têm divulgado nas últimas semanas que o Governo Federal lançará uma série de medidas no próximo dia 24 de junho – dia em que vence o primeiro ano do plano. Basicamente, elas se resumem à criação de comissões e distribuição de documentos conceituais que congregam propostas. Embora sejam medidas necessárias, são gravemente tardias. Além do fato de que deveriam ter sido lançadas antes, concretamente, os prazos serão protelados e descumpridos. Lamentavelmente, a qualidade de implementação do PNE é muito baixa", diz o posicionamento.

Para os representantes da campanha, é necessário ficar claro que regulamentar e cumprir dispositivos de uma lei, sobretudo um plano, não pode ser uma tarefa burocrática:

"É preciso que se compreenda que toda e qualquer medida do PNE – seja uma meta, estratégia ou demanda definida nos artigos da Lei – depende da realização de outra. É uma Lei totalmente encadeada, que precisa ser cumprida degrau a degrau."

Como enumera o texto, em 24 de junho de 2015 encerram-se os prazos para vários dispositivos do plano, como a elaboração dos planos de educação de estados,



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

municípios e a elevação da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% (Meta 9).

"Qualquer avaliação sincera concluirá que muito pouco foi feito, embora a pressão social, e praticamente nada foi adequadamente debatido. Mesmo no caso de dispositivos em que houve avanço, não é possível dizer que foram ou serão cumpridos nesses últimos dias que antecedem o aniversário do PNE."

O Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação é assinado por Ação Educativa, ActionAid Brasil, CCLF (Centro de Cultura Luiz Freire), Cedeca-CE (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará), CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação), Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, Mieib (Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Uncme (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação) e Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 24/06/2015
Assunto: Leitura		Página: Online



ESCOLA QUE LÊ UNIDA DESPERTA A CIDADANIA

Alunos de escola no Paraná recebem diariamente exemplares de jornais e discutem as reportagens em sala, debatendo suas conclusões e expondo ideias

Fonte: Gazeta do Povo (PR)

Não é de hoje que a Escola Municipal Dr. Lourival Leite de Carvalho, de Castro, faz história no Ler e Pensar. Desde 2007 os professores participam do projeto e levam o jornal para os quase 500 alunos do 1º ao 5º anos da instituição (foto).

Apadrinhados pela CCR Rodonorte, eles recebem diariamente a Gazeta do Povo e discutem as reportagens em sala. Mobilizar e incentivar a escola para a prática da leitura virou um hábito, bem como alimentar quinzenalmente um painel com as produções de cada turma, resultado dos trabalhos feitos com o jornal.

“No horário do recreio as crianças acompanham, se enxergam no mural e comentam as produções. Se tornaram mais reflexivas, questionadoras, curiosas e motivadas pela leitura. Até uma melhora no desempenho escolar e nas notas conseguimos perceber”, conta a coordenadora pedagógica, Marilene Sirek.

Ela explica que os professores trabalham com todas as turmas, de acordo com as possibilidades oferecidas pela grade curricular de cada uma.

Marciléia Evers dá aulas a 25 alunos do 3º ano e, para trabalhar Língua Portuguesa e gêneros textuais, desenvolve o projeto “Por dentro das Notícias”. Além de reforçar com os estudantes a estrutura do periódico, composto por cadernos, manchetes, títulos, gravatas e reportagens, por exemplo, a educadora despertou nas crianças a noção de cidadania e afinou a compreensão que fazem do mundo.

“Após a leitura, os estudantes interpretam as notícias, debatem as conclusões, expõem as ideias, fazem questionamentos e se sentem mais cidadãos”, explica.

Além disso, todas as sextas-feiras, a escola inteira paralisa as atividades por cerca de 40 minutos para ler o jornal. “Nenhuma sexta foge à regra. Dedicamos,



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

religiosamente, ao final de todas as semanas um tempo para garantir que os alunos fiquem informados”, comenta a coordenadora.

Com as turmas dos 4º e 5º anos, a análise de outras mídias, como revistas, é proposta em aula e os alunos se revezam para assumir a função de “entregadores de jornal” às famílias. Desde 2013, juntos, crianças e pais fazem a leitura do periódico ao fim de cada dia.

“O trabalho dissemina ainda mais a informação e favorece a união das famílias”, conclui Marilene.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 24/06/2015
Assunto: Modelo Educacional		Página: Online



ESCOLA PRECISA SE CONECTAR COM DEMANDAS DOS JOVENS

Pesquisa Projeto de Vida mostra que modelo de Educação atual deve ser alterado para preparar estudantes para vida adulta

Fonte: Portal Porvir

Uma nova pesquisa realizada com estudantes, professores universitários, empregadores e líderes da sociedade civil revela a necessidade de aprofundar o debate em torno de um novo modelo educacional. O estudo chamado Projeto de Vida, realizada pela Fundação Lemann, com apoio técnico do Movimento Todos pela Educação, mostra que existe uma desconexão preocupante entre o que é ensinado na escola atualmente e o que os jovens precisam saber para concretizar os seus diferentes projetos de vida.

Para a realização da pesquisa, foram feitas 126 entrevistas com jovens recém-formados no ensino médio – em sua maioria egressos de escolas públicas -, professores universitários, empregadores e líderes da sociedade civil de todas as cinco regiões do Brasil. Em comum entre os diferentes grupos de entrevistados está a percepção de que a escola tem falhado na preparação de seus alunos para a vida adulta. São muitas as queixas em relação a problemas relativos a comunicação, raciocínio lógico, conhecimentos básicos matemáticos e postura profissional vindas de professores universitários e empregadores, que recebem e convivem com os jovens recém saídos da escola, mas há também uma reflexão perturbadora feita pelos ex-alunos. “São os próprios jovens que estão afirmando que não conseguem aplicar seus aprendizados quando confrontados com diversas situações do cotidiano”, afirma o pesquisador Haroldo Torres, responsável pelo estudo.

São jovens entre 20 e 21 anos, de diferentes perfis étnicos e socioeconômicos, que se destacaram pelas notas acima da média no Enem, já estão empregados ou entraram em uma faculdade, mas ainda assim se sentem mal orientados e pouco preparados para lidar com seus desafios diários. Para os professores universitários e empregadores, as lacunas de formação vão além de os jovens não saberem escrever um e-mail de trabalho, expor argumentos oralmente na faculdade ou interpretar gráficos simples de produção. “Nas entrevistas, apareceu de forma espontânea e com



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

certa força a preocupação com as habilidades socioemocionais, especialmente atitude, proatividade, comprometimento, curiosidade, persistência”, explica Haroldo.

De acordo com a pesquisa, as lacunas percebidas tanto pelos jovens quanto por seus empregadores e professores são de natureza cognitiva, socioemocional e comportamental. No campo das deficiências cognitivas, destacam-se as relacionadas à língua portuguesa. No geral, os jovens têm muita dificuldade em compreender instruções orais e escritas, expressar-se com sentido, correção e adequação contextual tanto na fala ou quanto em mensagens escritas simples e interpretar ou expor argumentos em situações de comunicação mais complexas.

A matemática também é uma área preocupante, com queixas de todos os grupos em relação às dificuldades para realizar as quatro operações básicas, calcular percentagens, interpretar gráficos e tabelas e elaborar planilhas, além da falta de raciocínio lógico e de educação financeira para administrar o próprio salário. Já no campo das habilidades socioemocionais, destaca-se o “grande receio dos jovens em mostrar que não sabem algo e de fazer perguntas para sanar suas dúvidas. Junto dessas críticas – e, em alguns casos, derivadas delas – surgem outras, como falta de curiosidade, autonomia, comprometimento, foco, resiliência, disposição para correr riscos e se posicionar”, frisa um trecho da pesquisa.

Lições e caminhos

Além do diagnóstico dos problemas que têm impedido os jovens de concretizar seus anseios pessoais e profissionais, a pesquisa também apresenta alguns pontos importantes para o debate de um novo modelo educacional. Os jovens entrevistados insistem na necessidade de métodos de ensino mais atuais e citam como boa referência em metodologia o professor de cursinho, por dar exemplos práticos da aplicabilidade dos conteúdos e desenvolver aulas mais dinâmicas, divertidas e focadas. Para eles, músicas, vídeos, leituras de histórias e conversação devem ser usados como instrumentos de estímulo para o aprendizado, por exemplo, de idiomas, e atividades extracurriculares, como educação física e artística, devem ser exploradas como possibilidade de desenvolver a criatividade, autoconfiança, disciplina, liderança e capacidade de trabalhar em equipe.

Além disso, eles gostariam de ter recebido ajuda no encaminhamento profissional, por meio de visitas a faculdades, contato com alunos universitários e conversas com psicólogos. Também acreditam ser importante ter noções sobre o mundo corporativo antes de ingressar no mercado de trabalho, com aulas sobre como estruturar projetos, montar slides, trabalhar em equipe e se portar numa entrevista de emprego, por exemplo.

Para os professores universitários, empregadores e representantes de ONGs que participaram da pesquisa, a tecnologia é uma janela de oportunidade não só para o engajamento nos estudos, mas para o aprimoramento dos conhecimentos. Eles elogiam as habilidades dos jovens no uso de recursos tecnológicos e a capacidade de se adaptar rapidamente a novas plataformas, mas destacam que ainda falta o domínio de algumas



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ferramentas específicas, como o Excel, bastante valorizado no mercado de trabalho, e o uso intensivo do celular e da internet para assuntos pessoais durante as aulas e o expediente de trabalho.

A pesquisa, que pretendeu fazer um mapeamento do legado do ensino básico para os jovens brasileiros, traz também algumas lições úteis à elaboração de uma Base Nacional Comum. “Os resultados da pesquisa contribuem para o debate sobre o que, afinal, a sociedade espera que os alunos aprendam na escola, para que consigam ter uma vida plena e produtiva após a conclusão da educação básica”, afirma Denis Mizne, diretor Executivo da Fundação Lemann.

Para isso, a pesquisa contou com a contribuição e análise das especialistas em currículo Delaine Cafiero Bicalho, doutora em Linguística e professora da Faculdade de Letras da UFMG, e Maria Ignez Diniz, doutora em Matemática e professora do Instituto de Matemática e Estatística, da USP. De acordo com as especialistas, os resultados mostram que o currículo atual é conteudista e não desperta interesse nos jovens. Especialmente as entrevistas dos jovens reforçam que os currículos que predominam nas escolas atualmente são extensos, pouco aprofundados e não favorecem a integração entre as diferentes áreas do conhecimento. Além disso, disciplinas diferentes requerem diferentes formas de raciocínio e reflexão.

Para elas, a Base Nacional Comum deve detalhar não apenas os conhecimentos a serem trabalhados nas escolas, mas também quais habilidades os alunos devem desenvolver com os conceitos e conteúdos ensinados. Além disso, ela deve garantir uma integração mais clara entre as diferentes áreas, para que os conhecimentos e as habilidades sejam trabalhados de forma mais integrada e menos segmentada. “Na Base Nacional Comum, é desejável que a organização dos conteúdos seja hierarquizada, mas as habilidades que esses conteúdos mobilizam precisam ser construídas em rede. A Base precisa apresentar com clareza a relação das habilidades com os conceitos e conteúdos a serem ensinados”, destaca um trecho da pesquisa.

Especialmente em relação às duas áreas mais preocupantes quanto às lacunas cognitivas de aprendizado – língua portuguesa e matemática -, as especialistas destacaram pontos que devem ser considerados para a elaboração da Base Nacional Comum. De acordo com Delaine, o foco do ensino da língua portuguesa precisa estar no ensino de estratégias para resolver problemas comunicativos. “A língua portuguesa deve ser ensinada como um recurso que se adapta a diferentes usos, não como algo fixo e descolado da realidade. Um caminho para se ensinar os diversos usos da língua ao longo dos anos de ensino básico é organizar um currículo baseado no uso de textos variados, tanto os que circulam no cotidiano quanto os da literatura.” Sobre o hábito da leitura, a especialista aponta que o fenômeno dos best-sellers juvenis demonstra que uma boa parte dos jovens já é leitora. “É preciso apenas motivar seu interesse por outros estilos textuais. Para além de desenvolver a habilidade de leitura, uma base comum deve se preocupar em formar leitores de literatura – inclusive a clássica.”

Em relação à matemática, Maria Ignez destaca que tanto os jovens quanto seus professores e empregadores veem a matemática como um conhecimento para se



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

aplicar em situações-problema. “Os jovens entendem como situações-problema tarefas simples exigidas no trabalho ou na faculdade, como aplicar descontos e ler planilhas. Em sua visão, elas deveriam ter sido ensinadas na escola e não foram e, portanto, falta-lhes repertório. Já os professores e empregadores entendem por situações-problemas tarefas novas e relativamente complexas propostas aos jovens, como controlar o próprio salário, argumentar a partir de dados quantitativos, usar raciocínio lógico e abstrato para esquematizar um problema e propor soluções. Para resolvê-las, os jovens deveriam ser capazes de selecionar e mobilizar conhecimentos ensinados na escola, ou seja, na perspectiva dos professores e empregadores, falta aos jovens mais do que um banco de conhecimentos. Falta-lhes uma grande competência que lhes permita articular teoria e prática por conta própria.”

Para a especialista, essa grande competência não se desenvolve naturalmente e precisa ser ensinada pela escola, por meio de uma série de etapas: identificar o problema; mobilizar as informações necessárias para entendê-lo e resolvê-lo; estabelecer uma estratégia de ação para solucioná-lo; aplicar essa estratégia; monitorá-la e tirar uma lição de todo esse processo (a consciência do aprendizado). “Se cada uma dessas etapas não é ensinada, o aluno pode fracassar por que não sabe que tipo de conhecimento precisa mobilizar em determinada situação. A resolução de problemas deve ser uma competência prevista na Base Nacional Comum como objetivo de todas as séries e com níveis de complexidade adequados a cada etapa da escolaridade. E precisa ser ensinada de forma intencional, não subentendida”.